

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Mafra - CMDIM	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	Folhas: 03
--	-----------------------	------------

<b>1. Identificação</b>			
<b>Data</b>	05/07/2023		
<b>Horário início</b>	14h	<b>Horário término</b>	15h
<b>Local</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas)		
<b>Participantes</b>	Conforme lista de presença: Eliane de Fátima Chaves Bergamini, Araci Turchen Makohin, Fabiana Silveira, Danielle Kondlatsch (Secretaria de Assistência Social e Habitação); Josiane Aparecida Tracz, Taiane de Sousa Estefani (Secretaria Municipal de Saúde); Giselle Alessandra Mehl Cordeiro (Clube Soroptimista Intern. De Rio Negro); Alice do Nascimento Rodrigues (Associação das Senhoras de Caridade de Mafra S. V. P.); Juliana Karolina Nasato (38º Batalhão de Polícia Militar de Mafra); Maike Sheila Tschoeke Steidel (CRESS 12º Região Planalto Norte); (Secretária de Assistência Social e Habitação do município de Mafra); Soely Köene Sallai (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).		

<b>2. Pauta</b>
Leitura da Ata anterior; Leitura de correspondências recebidas; Construção do Plano Municipal de Política para Mulheres; Visita ao Abrigo Viva Rosa de Joinville

<b>3. Discussão</b>
<p>No dia 05 do mês de julho de 2023, às 14h, reuniram-se as conselheiras acima nomeadas e demais participantes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) para reunião ordinária. A presidente Josiane Aparecida Tracz abriu a reunião dando boas vindas a todas as presentes. Em seguida, a secretária Juliana Karolina Nasato realizou a leitura da ata anterior, a qual, após correções que se fizeram necessárias, foi aprovada por todas as presentes e assinada pela presidente. A presidente comentou que na reunião anterior foram levantados assuntos diversos à pauta, e que é positiva a presença da Secretária de Assistência Social e Habitação do município, Danielle Kondlatsch, na presente reunião para esclarecer dúvidas levantadas. Pontuou também a necessidade da continuidade da deliberação de alguns temas, como a questão do Observatório, que foi sugerida como uma ação do próprio Plano Municipal de Políticas para Mulheres, com a colaboração das instituições de ensino da região que exigem dos alunos horas de estágio. Explicou que a ideia é criar junto à estas instituições eixos que auxiliem na questão dos indicadores, uma vez que o questionamento que o Ministério Público realizou recentemente para o Conselho dos Direitos da Mulher, referente ao abrigo de mulheres em situação de violência, mostra a deficiência do município no levantamento de muitas informações. Enfatizou que se houver um Observatório no município, é possível avaliar o cumprimento das ações presentes no Plano de Política para Mulheres, e que algumas das ações do Plano disponibiliza vasto material</p>

de pesquisa para que o Conselho defina boas políticas. Complementou informando que já existem alguns observatórios atuantes dentro das Associações Comerciais. A respeito das sugestões de ações para o Dia Municipal de Combate à Violência da Mulher, conforme solicitado pela Procuradoria da Mulher da Câmara de Vereadores, informou às conselheiras que sugeriu à vereadora Dircele, enquanto presidente do CMDIM, junto à Cabo Juliana, representante da Polícia Militar naquele momento, o envolvimento dos alunos que participam do projeto Protetores do Lar - projeto desenvolvido pela Polícia Militar, CRAS e OAB no ensino médio das escolas. Que também foi sugerida para o evento uma palestra com a defensora pública Anne Teive Auras, a qual é coordenadora do Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher da Defensoria Pública do estado de Santa Catarina. Lembrou novamente que o CMDIM é apenas apoiador do evento da Procuradoria, sugerindo que além da participação no evento da Câmara, o Conselho também pode incluir no seu calendário de eventos, a partir das ações do Plano, a realização de alguma ação que traga o tema da prevenção da violência contra a mulher. A presidente também informou que que entrou em vigor a Lei da Igualdade Salarial, nº 14.611/2023, publicada em 3 de julho, citando que é um dos eixos que deve compor o Plano Municipal de Políticas para Mulheres de Mafra, para, no mínimo, dar visibilidade à referida lei no município. Destacou que no Executivo Municipal já existe no Plano Estratégico políticas para as mulheres, que tem como um dos objetivos trazer cada vez mais mulheres para o eixo de liderança. Josiane prosseguiu afirmando a relevância de ser definida a responsabilidade do Conselho dos Direitos da Mulher de Mafra, uma vez que a reunião do mês passado foi muito de encontro do Conselho fazer operacionalizações de intervenção, e ressaltou que não é esse o objetivo. Sublinhou que as conselheiras precisam entender qual é o papel do CMDIM, que é apoiar, fiscalizar, integrar, ter sugestões de melhoria, mas não operacionalizar. Exemplificou dizendo que ao realizar uma visita à uma Casa Abrigo, não é com a função de determinar como deve ser o funcionamento da Casa Abrigo, mas analisar o funcionamento e enquanto Conselho avaliar as partes positivas e negativas para o município, e pontuar de que forma é possível auxiliar. Levantou novamente a possibilidade de abrir diálogo com outros conselhos para que o CMDIM não se perca no seu propósito e a prioridade de focar no Plano do Conselho, que precisa ter suas próprias ações. Dando prosseguimento à reunião, a presidente passou a palavra para a secretária executiva, Araci Turchen Makohin, para a leitura das correspondências recebidas. Entre estas o Ofício número 18 da Associação das Senhoras de Caridade São Vicente de Paulo, indicando nova representante titular para o CMDIM, a sra. Alice do Nascimento. Dentre as correspondências enviadas, o ofício número 11, que responde ao questionamento do promotor de justiça, informando que o Conselho não tem qualquer informação ou estatística do quantitativo de mulheres do município que necessitam ou necessitam do serviço de acolhimento para mulheres e filhos vítimas de violência doméstica. Refente a Lei 14.541 de 2023, que garante o funcionamento ininterrupto das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, assunto discutido na reunião anterior, Araci informou que foi enviada correspondência ao Delegado Wagner Valdino Meirelles, solicitando informações a respeito da aplicação da lei no município, não tendo o Conselho recebido a resposta deste até o momento. Araci prosseguiu com a leitura de ofício enviado à Casa Abrigo Viva Rosa, do município de Joinville (SC), solicitando reunião e visitação pelo CMDIM naquela instituição. Em resposta, foi sugerida a data de 10 de julho. A presidente disse que a visita é válida, mas sugeriu que seja marcada outra data para que no mesmo dia seja realizada uma visita ao Conselho dos Direitos da Mulher daquele município. Araci se comprometeu a verificar datas disponíveis. A presidente convidou a Secretária de Assistência Social e Habitação do município, Danielle Kondlatsch, para usar a palavra e realizar suas pontuações. Esta esclareceu que a Casa Abrigo é um serviço de acolhimento e de alta complexidade da Assistência Social e com isso existem orientações técnicas, normas e regras que é preciso cumprir. A secretária demonstrou preocupação com a

leitura da ata anterior no que diz respeito à Casa Abrigo. Explicou que quando a Secretária entrou na discussão já estava definido onde seria instalada a Casa Abrigo, como seria seu funcionamento, o fluxo de atendimento e demais detalhes. Afirmou que é preciso “dar um passo atrás”. Danielle disse que acompanhou as tratativas da Casa abrigo até o momento de discussão da formação de uma comissão para se reunir com o Executivo para tratar a respeito da verba para construção da Casa, que até aquele momento seria proveniente do Estado. Que a Dra. Patrícia Gaio (OAB/Mafra) falaria com a Presidente da OAB/SC, Cláudia Prudêncio e a Dra. Liliane da Silva Gomes da Rocha (OAB/Mafra) falaria com a deputada estadual Paulinha. Que não possui mais informações a respeito do mencionado, mas que poderia buscar junto à Liliane e à Patrícia se o Conselho entender que é necessário. Reforçou também a informação de que se não for destinado recurso do Estado, o município vai assumir a Casa Abrigo, mas que independentemente da origem da verba, terá que ser um serviço socioassistencial, dentro de todas as regras. No entanto, reforçou que se os recursos forem municipais, será um serviço menor, uma vez que é impossível o município dar conta de um serviço regionalizado. Contudo, disse que essa é uma discussão para depois de ser determinado se Mafra realmente terá Casa Abrigo, quem irá custear a construção e qual será a estrutura disponível. Citou a defasagem da equipe técnica no município, e que é preciso a existência dessa equipe para a execução do serviço. Danielle se comprometeu a se atualizar sobre a situação e repassar as informações ao Conselho. Giselle Alessandra Mehl Cordeiro, representante do Clube Soroptimista Intern. De Rio Negro, corroborou dizendo que a fala da secretária se alinha com o que a presidente do Conselho enfatizou sobre as atribuições do conselho, que é consultivo, de apoio, deliberativo em várias questões, mas não é operacionalizar. Maíke Sheila Tschoeke Steidel, representante do CRESS 12º Região Planalto Norte, lembrou que se fala muito hoje sobre a regionalização dos serviços, e quando se fala em uma Casa Abrigo regional entende-se que o recurso para manutenção é proveniente do Estado, que também disponibiliza a equipe técnica para trabalhar. Esclareceu que o município pode disponibilizar o local, mas a equipe de trabalho, quando o serviço é regionalizado, deve ser do Estado; e que quando a Casa é municipal, a equipe técnica é proveniente da Secretaria de Assistência Social. Maíke lembrou que houve um movimento para trazer uma casa abrigo para Mafra sem essa definição. Dando continuidade à pauta do dia, Josiane passou a tratar do Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Disse que após ler o Plano do município de Florianópolis (SC), afirma que 60% do documento é possível colocar em prática em Mafra, e que muitas das ações elencadas já são aqui desenvolvidas, além de outras que talvez não tenhamos conhecimento. Que é preciso verificar junto às secretarias municipais quais ações realizadas pelas pastas já contemplam o plano. Sugeriu dividir os eixos de atuação entre as conselheiras para discutir junto aos secretários as ações que podem ser feitas e que podem ser incrementadas. Defendeu que estando as ações descritas no Plano, é possível cobrar sua execução. Foi concordado por todas as conselheiras a remessa de ofícios para todas as pastas municipais questionando se elas possuem ações específicas ou priorizando as mulheres, como um primeiro passo para a construção do Plano. Num segundo passo será realizada uma visita aos secretários para levantar mais detalhes e traçar um diagnóstico das políticas públicas para as mulheres em Mafra. Nada mais havendo a tratar, a presidente agradeceu a presença das conselheiras e encerrou os trabalhos.